

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.010.361 - SP (2016/0289601-5)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : TELEFÔNICA BRASIL S.A
ADVOGADO : CARLOS EDUARDO BAUMANN E OUTRO(S) - SP107064
AGRAVADO : ANTONIO LUCAS
AGRAVADO : CLODOALDO MARINHO BONIFACIO
AGRAVADO : JOSE OSMAR APARECIDO EMILIO
AGRAVADO : JOSE MIGUEL ARAUJO
AGRAVADO : MARIA JOSE ROSA MACHADO PEREIRA
AGRAVADO : MARIA JANETE MOSCOSKI MARINI
AGRAVADO : ODAIR DONIZETI BIONDI
AGRAVADO : ODERCIO APARECIDO IGNACIO
ADVOGADO : FÁBIO EDUARDO SALLES MURAT E OUTRO(S) - SP108018

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 544 do CPC/73) contra decisão prévia que inadmitiu o apelo nobre.

O recurso especial foi interposto por TELEFÔNICA BRASIL S.A., fundado no art. 105, III, "a", a CF/88, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

Civil. Contrato de participação financeira. Telefonia. Plano de expansão (PEX) e Planta Comunitária de Telefonia (PCT). Ação visando à complementação de subscrição de ações c.c. pedido de indenização e exibição de documentos. Sentença de extinção, sem resolução do mérito em relação à autora Maria de Jesus Abreu Bellini Louveira — ME (art. 267, VI do CPC) e de procedência em parte para os demais autores. Pretensão à reforma manifestada por ambas as Partes. Ré sucessora do sistema Telebrás. Preliminar de ilegitimidade passiva afastada. Precedentes. Reconhecimento da ilegitimidade ativa da autora Maria de Jesus Abreu Bellini Louveira — ME mantido. Autora que não se desincumbiu de demonstrar sua condição de acionista. Precedentes. Prescrição. Matéria acobertada pela coisa julgada. Recurso da ré não conhecido nesse particular. Subscrição de ações que deveria ter sido feita segundo o valor patrimonial unitário constante do balancete do mês da integralização (isto é, a data dos pagamentos e não a data da incorporação da rede), observando-se que, nos casos de parcelamento do desembolso, o valor patrimonial se define com base no balancete do mês do pagamento da primeira parcela. Aplicação da Súmula n. 371 do STJ, inclusive aos casos das Plantas Comunitárias de Telefonia (PCT). Precedentes desta C. Corte. Dividendos, bonificações, juros sobre capital próprio e dobra acionária por conta da cisão ocorrida em 1998 que são corolários lógicos do direito à complementação da subscrição de ações. Honorários advocatícios. Arbitramento em 10% do valor da condenação que deve ser mantido, pois se trata de ação de cunho repetitivo, sem complexidade e julgada antecipadamente.

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO DOS AUTORES PROVIDO EM PARTE. RECURSO DA RÉ EM PARTE NÃO CONHECIDO E, NO MAIS, DESPROVIDO.

Nas razões do recurso especial, a agravante aponta ofensa aos arts. 283, 295, I, e 333, I, do CPC/73.

Sustentou, em síntese, a ausência de comprovação do direito da parte.

Sem contrarrazões.

O Tribunal local inadmitiu previamente o apelo, o que seu ensejo ao presente agravo.

É o relatório.

Decido.

Não merece prosperar a presente irresignação.

1. De início, consigne-se que a decisão recorrida foi publicada antes da entrada em vigor da Lei n. 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme Enunciado Administrativo 2/2016 do Plenário do Superior Tribunal de Justiça (AgRg no AREsp 849.405/MG, Quarta Turma, julgado em 05/04/2016).

2. Quanto à alegada comprovação do direito do autor, o Tribunal assim se manifestou:

Tais alegações certamente não merecem prosperar, pois os autores pediram na petição inicial a exibição dos documentos essenciais à comprovação do seu direito, tendo sido juntadas pela ré as radiografias dos contratos (fls. 278/285 e 484/491) que demonstram a relação jurídica entre as partes e permitem o conhecimento do pedido. (fls. 905, e-STJ)

O acórdão impugnado está, portanto, fundamentado no quadro fático singular formado na presente demanda. A revisão do aresto impugnado no sentido pretendido pela recorrente exigiria derruir a convicção formada nas instâncias ordinárias sobre a insuficiência de provas da propriedade sobre a área disputada e, ainda, quanto à comprovada posse exercida pelos recorridos. Essas medidas não são possíveis pela via estreita do recurso especial, conforme o enunciado da Súmula 7/STJ: *A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.*

3. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator